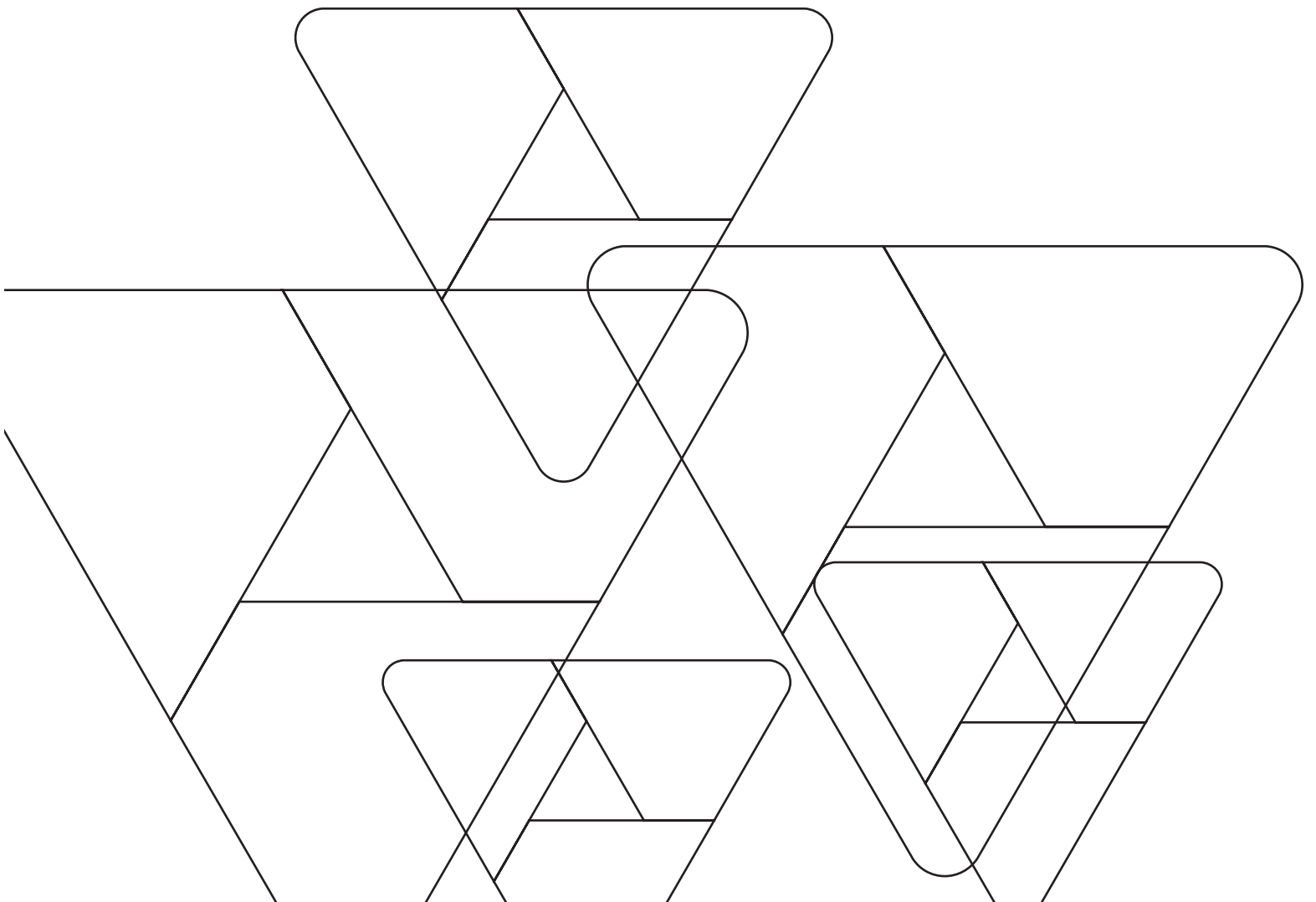


# Demonstrações Contábeis

Exercício 2016



# Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores Portuários da Grande Vitória – Credestiva em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES ([www.sicoobes.com.br](http://www.sicoobes.com.br))

## 1) Política Operacional

Em 2016, a Credestiva completou 17 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

## 2) Nosso Desempenho

### 2.1) Retornos

ROE/ROA	Jan a Dez/2016
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	8,11%
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	6,46%

### 2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	2.586	2.594	- 0,31
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	281	251	11,95
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	20	6	233,33
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	1.686	1.485	13,54
Despesas Tributárias	10	3	233,33
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	100	124	-19,35
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12	0	-
Juros ao Capital	169	458	- 63,10
Sobras do exercício	741	984	- 24,70

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 233,33% e o resultado da intermediação financeira teve uma redução de 0,31% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, fosse de 13,54%.

Com a filiação ao Sicoob Central ES houve receitas com ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 169 mil referente a juros ao capital.

### 2.3) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Ativos Totais	12.273	10962	11,96
Centralização Financeira	236	-	-
Carteira de Crédito	10.425	7.477	39,43
Depósitos	1.646	1.060	55,28
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.096</b>	<b>8.732</b>	<b>15,62</b>

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016

O total de ativos atingiu R\$ 12.272 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 11,96% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 55,28% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 1.646 mil.

O patrimônio líquido cresceu 15,62% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 10.096 mil.

## 2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2016		
	PF	PJ	Total
Empréstimos	10.021	306	10.327
Conta Corrente	98	-	98
<b>Total</b>	<b>10.119</b>	<b>7.869</b>	<b>10.425</b>

**3) Pessoas**

Contávamos com 07 colaboradores no final do exercício de 2016. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 831 mil no exercício corrente.

**4) Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 88,29% nos níveis de risco "AA" a "C".

**5) Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de agosto de 2016, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6) Conselho Fiscal**

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 1 ano, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

**7) Sistema de Ouvidoria**

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou nenhuma demanda sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

**8) Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Vitória – ES, 16 de março de 2017.

**Conselho de Administração.**

# Balço Patrimonial

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>		<b>6.505</b>	<b>7.798</b>
Disponibilidades		184	623
Títulos e Valores Mobiliários	3	820	2.981
Carteira Propria		820	2.981
Relações Interfinanceiras	4	236	-
Centralização Financeira - Cooperativas		236	-
Operações de Crédito	5	5.068	4.107
Empréstimos e Títulos Descontados		5.375	4.382
(-) Provisão para Operações de Crédito		(307)	(275)
Outros Créditos	6	195	87
Rendas a Receber		4	-
Diversos		215	182
(-) Provisão para Outros Créditos		(24)	(95)
Outros Valores e Bens	7	2	-
Despesas Antecipadas		2	-
<b>Não Circulante</b>		<b>5.768</b>	<b>3.164</b>
Realizável a Longo Prazo		5.050	3.095
Operações de Crédito	5	5.050	3.095
Empréstimos e Títulos Descontados		5.050	3.095
<b>Permanente</b>		<b>718</b>	<b>69</b>
Investimentos	8	619	-
Participações em Cooperativas		619	-
Imobilizado de Uso	9	99	69
Outras Imobilizações e Uso		204	172
(-) Depreciação Acumulada		(105)	(103)
<b>TOTAL</b>		<b>12.273</b>	<b>10.962</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.177</b>	<b>2.230</b>
Depósitos	10	1.646	1.060
Depósito à Vista		578	126
Depósito a Prazo		1.068	934
Relações Interfinanceiras		-	1
Obrigação Junto a Participantes de Sistemas de Liquidação		-	1
Outras Obrigações		531	1.169
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	11.3	1	2
Sociais e Estatutárias	11.1	212	904
Fiscais e Previdenciárias	11.2	44	31
Diversas	11.3	274	232
<b>Patrimônio Líquido</b>	13	<b>10.096</b>	<b>8.732</b>
Capital Social		9.017	7.748
De Domiciliados No País		9.017	7.748
Reserva de Sobras		621	564
Sobras Acumuladas		458	420
<b>TOTAL</b>		<b>12.273</b>	<b>10.962</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações de Sobras ou Perdas

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

	Nota	2º SEM.2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>		<b>1.352</b>	<b>2.738</b>	<b>2.718</b>
Operações de Crédito		1.279	2.545	2.692
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		73	193	26
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>		<b>(218)</b>	<b>(433)</b>	<b>(375)</b>
Operações de Captação no Mercado		(76)	(152)	(124)
Provisão para Operações de Créditos		(142)	(281)	(251)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>1.134</b>	<b>2.305</b>	<b>2.343</b>
<b>Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais</b>		<b>(829)</b>	<b>(1.561)</b>	<b>(1.356)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		6	7	6
Rendas (Ingressos) de Tarifas		13	13	-
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(474)	(831)	(672)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(386)	(801)	(805)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(3)	(10)	(3)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		12	12	
Outros Ingressos/Rendas Operacionais		55	103	126
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(52)	(54)	(8)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>305</b>	<b>744</b>	<b>987</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>2</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>307</b>	<b>741</b>	<b>985</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(1)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>307</b>	<b>741</b>	<b>984</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>(114)</b>	<b>(106)</b>
F.A.T.E.S.			(57)	(53)
Reserva Legal			(57)	(53)
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>		<b>307</b>	<b>627</b>	<b>878</b>
Juros ao Capital	14		(169)	(458)
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>		<b>307</b>	<b>458</b>	<b>420</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
<b>Saldos em 31/12/14</b>	<b>6.778</b>	<b>463</b>	<b>482</b>	<b>7.723</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Constituição de Reservas		48	(48)	-
Em Conta Corrente do Associado			(428)	(428)
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(6)	(6)
<b>Movimentações de Capital:</b>				-
Por Subscrição/Realização	843			843
Por Devolução (-)	(317)			(317)
Sobras ou Perdas Líquidas			984	984
Provisão de Juros ao Capital			(458)	(458)
Subscrição do Juros ao Capital	444			444
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>			(1)	(1)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>				-
. Fundo de Reserva		53	(53)	-
. F A T E S			(52)	(52)
<b>Saldos em 31/12/15</b>	<b>7.748</b>	<b>564</b>	<b>420</b>	<b>8.732</b>
<b>Saldos em 31/12/15</b>	<b>7.748</b>	<b>564</b>	<b>420</b>	<b>8.732</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Em Conta Corrente do Associado			(420)	(420)
<b>Movimentações de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	1.197			1.197
Por Devolução (-)	(96)			(96)
Estorno de Capital	(1)			(1)
Sobras ou Perdas Líquidas			741	741
Provisão de Juros ao Capital			(169)	(169)
Subscrição do Juros ao Capital	169			169
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>				
. Fundo de Reserva		57	(57)	-
. F A T E S			(57)	(57)
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>9.017</b>	<b>621</b>	<b>458</b>	<b>10.096</b>
<b>Saldos em 30/06/16</b>	<b>8.549</b>	<b>564</b>	<b>434</b>	<b>9.547</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	307			307
Por Devolução (-)	(7)			(7)
Estorno de Capital	(1)			(1)
Sobras ou Perdas Líquidas			307	307
Provisão de Juros ao Capital			(169)	(169)
Subscrição do Juros ao Capital	169		-	169
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>				
. Fundo de Reserva		57	(57)	-
. F A T E S			(57)	(57)
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>9.017</b>	<b>621</b>	<b>458</b>	<b>10.096</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM.2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>307</b>	<b>741</b>	<b>985</b>
IRPJ / CSLL	-	-	(1)
Depreciações e Amortizações	11	19	(16)
Provisão de Juros ao Capital	(169)	(169)	(458)
Provisão para perda com operações de crédito	142	281	251
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	4	-
	<b>291</b>	<b>876</b>	<b>761</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	1.726	2.160	(2.981)
Operações de Crédito	(2.416)	(3.196)	1.577
Outros Créditos	(86)	(108)	33
Outros Valores e Bens	11	(2)	-
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	493	452	300
Depósitos a Prazo	(64)	134	-
Outras Obrigações	(21)	(637)	(91)
Relações Interfinanceiras	(1)	(2)	-
Relações Interdependências	-	-	1
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(67)</b>	<b>(323)</b>	<b>(400)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Baixa Imobilizado	-	-	41
Inversões em Imobilizado de Uso	(39)	(53)	(6)
Inversões em Investimentos	(619)	(619)	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(658)</b>	<b>(672)</b>	<b>35</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	307	1.197	843
Devolução de Capital à Cooperados	(7)	(96)	(317)
Estorno de Capital	(1)	(1)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-	(6)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(420)	(428)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(1)
FATES Sobras Exercício	(57)	(57)	(52)
Subscrição do Juros ao Capital	169	169	444
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>411</b>	<b>792</b>	<b>483</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(314)</b>	<b>(203)</b>	<b>118</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	734	623	505
No Fim do Período	420	420	623
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(314)</b>	<b>(203)</b>	<b>118</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas Explicativas

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA - CREDESTIVA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21 de fevereiro de 2000, filiada à **CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **CREDESTIVA** possui 1 Postos de Atendimento (PAs) na seguinte localidade: Vitória.

O **CREDESTIVA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração em 16/03/2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “*pro-rata temporis*” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

### c) Caixa e equivalentes de caixa



Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	184	623
Relações interfinanceiras - centralização financeira	236	0
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>	<b>623</b>

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### m) Provisões e Passivos contingentes

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes en-

volvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

#### q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2016**

### 3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cotas De Fundos De Investimento	820	2.981
<b>TOTAL</b>	<b>820</b>	<b>2.981</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

### 4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2016 e 2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	236	0
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	<b>0</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL ES** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	4	0	4	0
Empréstimos	5.371	5.050	10.420	7.477
(-) Provisões para Operações de Crédito	-307	0	307	-275
<b>TOTAL</b>	<b>5.068</b>	<b>5.050</b>	<b>10.117</b>	<b>7.202</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A	0,5%	Normal	4.683	14	4.697	23	6.310	32
B	1%	Normal	3.142	50	3.192	32	167	2
B	1%	Vencidas	336	0	336	3	86	1
C	3%	Normal	535	9	544	16	314	9
C	3%	Vencidas	435	1	436	13	121	4
D	10%	Normal	685	23	708	71	0	0
D	10%	Vencidas	275	0	275	28	104	10
E	30%	Normal	29	1	30	9	59	18
E	30%	Vencidas	100	0	100	30	125	37
F	50%	Vencidas	53	0	53	26	28	14
G	70%	Vencidas	1	0	1	1	51	36
H	100%	Vencidas	54	0	54	54	112	112
<b>Total Normal</b>			9.074	97	9.171	152	6.850	61
<b>Total Vencidos</b>			1.253	1	1.254	155	627	214
<b>Total Geral</b>			10.327	98	10.425	307	7.477	275
<b>Provisões</b>			303	4	307		275	
<b>Total Líquido</b>			10.024	94	10.118		7.202	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.434	3.843	5.050	<b>10.327</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.434</b>	<b>3.843</b>	<b>5.050</b>	<b>10.327</b>

\* A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 98 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	0	305	0	0	305	<b>3%</b>
Pessoa Física	98	10.022	0	0	10.120	<b>97%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>10.327</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10.425</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	274	395
Constituições	204	490
Transferência para prejuízo	(171)	(611)
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>274</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	193	2,00%	79	0,96%
10 Maiores Devedores	790	8,00%	607	7,41%
50 Maiores Devedores	2.563	25,00%	1.984	24,25%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	614	614
Valor das operações transferidas no período	254	611
Valor das operações recuperadas no período	(212)	(611)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	46	-
<b>TOTAL</b>	<b>702</b>	<b>614</b>

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
<b>Rendas A Receber</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Serviços Prestados a Receber	1	-
Outras Rendas a Receber (a)	3	-
<b>Diversos</b>	<b>215</b>	<b>87</b>
Adiantamento de férias	-	3
Adiantamento para Despesas Diversas	-	1
Impostos e Contribuições a Compensar	16	1
Pagamentos a Ressarcir (a)	72	71
Títulos e Créditos a Receber	1	86
Devedores Diversos (b)	126	20
(-) Provisões Para Outros Créditos (c)	-24	-95
<b>TOTAL</b>	<b>195</b>	<b>87</b>

- (a) Montante refere-se a conta de capital na CECOOPES;  
 (b) Montante refere-se a parcelas de empréstimo baixadas pendente do repasse do desconto da folha de pagamento;  
 (c) Refere-se a possível perda na recuperação da cota de capital integralizado na CECOOPES

## 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (a)	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

a) Refere-se a despesa de seguros

## 8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	620	0
(-) cotas da central	-2	0
<b>TOTAL</b>	<b>619</b>	<b>0</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Móveis e equipamentos de Uso	105	90	10%
Sistema de Comunicação	12	1	10%
Sistema de Processamento de Dados	81	69	20%
Sistema de Segurança	5	11	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	-105	-102	
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>69</b>	

## 10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	578	126
Depósito a Prazo	1.068	934
<b>TOTAL</b>	<b>1.645</b>	<b>1.060</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência

nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

## 11. Outras Obrigações

### 11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	458
Resultado De Atos Com Associados (a)	101	98
Resultado De Atos Com não Associados (a)	-	1
Cotas De Capital A Pagar (b)	111	347
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>	<b>904</b>

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	44	31
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>31</b>

### 11.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2	1
Despesa de Pessoal	61	46
Outras Despesas Administrativas (a)	18	14
Provisão Para Garantias Prestadas	1	0
Credores Diversos – País (b)	193	171
<b>TOTAL</b>	<b>274</b>	<b>232</b>

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis R\$ 1 mil, comunicações R\$ 4 mil, segurança e vigilância R\$ 9 mil, compensação R\$ 1 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 3 mil,

(b) Refere-se a crédito de terceiros R\$ 183 mil e valor a pagar Sicoob Central ES R\$ 10 mil.

## 12. Instrumentos financeiros

O **CREDESTIVA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 13. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	9.016	7.748
Associados	828	794

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assem-

bleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2016 os cooperados deliberaram pelo crédito em conta corrente das sobras do exercício findo em **31 de Dezembro de 2015**, no valor de R\$ 420 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	572	526
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	57	53
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	57	53
Sobra à disposição da Assembleia Geral	458	420

#### 14. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	169	458
Juros ao Capital – Associados Desligados	-	28
<b>Valor incorporado a conta capital</b>	<b>169</b>	<b>430</b>

#### 15. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição pelos membros da diretoria executiva, do conselho de administração, do conselho fiscal, de pessoas chave da administração e de seus familiares.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com os demais associados, vigentes nas datas das operações.

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e, também, pós-emprego concedidos pela entidade.

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Operações de Crédito	% Sobre a Carteira Total	Operações de Crédito	% Sobre a Carteira Total
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	283	2,55%	288	3,81%
Familiares	12	0,02%	8	0,11%
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>2,66%</b>	<b>296</b>	<b>3,92%</b>

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Operações de Crédito	% Sobre as Provisões Totais	Provisão para Operações de Crédito	% Sobre as Provisões Totais
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	(5)	1,78%	(3)	0,99%
Familiares	-	-	-	0,01%
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>1,78%</b>	<b>(3)</b>	<b>1,00%</b>

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósitos	% Sobre os Depósitos	Depósitos	% Sobre os Depósitos
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	38	2,57%	-	-
Familiares	53	5,02%	39	30,88%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>7,59%</b>	<b>39</b>	<b>30,88%</b>

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Capital Social	% Sobre o Capital Social	Capital Social	% Sobre o Capital Social
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	250	0,92%	276	3,56%
Familiares	1	-	5	0,07%
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>0,92%</b>	<b>281</b>	<b>3,63%</b>

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
	Remuneração	Remuneração
Diretoria Executiva e Conselho Administração e Fiscal	275	221

## 16. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA - CREDESTIVA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **CREDESTIVA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL ES**, em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 06/02/2017, com opinião sem modificação.

## 17. Gerenciamento de Risco

### 17.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### 17.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **CREDESTIVA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **CREDESTIVA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **CREDESTIVA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### 17.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **CREDESTIVA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **CREDESTIVA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **CREDESTIVA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

#### 17.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **CREDESTIVA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **CREDESTIVA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICCOB, centralizada no SICCOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICCOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICCOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICCOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICCOB.

#### 18. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 26 mil, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

#### 19. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 20. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016
Patrimônio de Referência	10.096
Margem de Compatibilização	8.869
Índice da Basileia	106,99%
Margem de Imobilização	4.949

VITÓRIA-ES, 16 de março de 2017

**Orly Campos**

Diretor Presidente  
CPF: 751.159.997-49

**Clóvis José Castiglioni**

Diretor Tesoureiro  
CPF: 526.867.527-34

**Fábia Lorena Rosi Mantovanelli**

Contadora – CRC ES-013868/O-8  
CPF:007.835.517-62



# Relatório de Auditoria

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS – R\$)

Aos Administradores da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES PORTUARIOS DA GRANDE VITORIA - CREDESTIVA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES PORTUARIOS DA GRANDE VITORIA - CREDESTIVA, doravante denominada "CREDESTIVA" ou Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS TRABALHADORES PORTUARIOS DA GRANDE VITORIA - CREDESTIVA, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas neste relatório para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 09 de março de 2016, continha ressalvas relacionadas a (a) operações de crédito em atraso e/ou baixadas como prejuízo que, após renegociadas, foram reclassificadas para o nível de risco A, sem que houvesse qualquer amortização ou fato novo relevante que justificasse tal procedimento, contrariando o previsto na Resolução nº 2.682/99, do CMN; e (b) registro contábil de despesas com doações e brindes pelo regime de caixa, contrariando o COSIF 1.2.5, letra "c". Essas distorções superavaliaram o resultado e o Patrimônio Líquido de 31/12/2015 em, pelo menos, R\$ 97,8 mil.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 16 de março de 2017.

**D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S**

CRC-ES 002282/O

**Ideraldo Luiz A. de Moraes**

Contador

CRC-ES 009503/O-0

**Patrick Agostinho Moraes**

Contador

CRC-ES 012256/O-0

## Parecer do Conselho Fiscal

---

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores Portuários da Grande Vitória – CREDESTIVA, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras e Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente e o Relatório da Diretoria relativa ao Exercício de 2016. Baseado nos exames realizados, como, Parecer da Auditoria Externa, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos senhores cooperados.

Vitória, 20 de março de 2017.

**Cloves Rodrigo Filho**  
Conselho Fiscal Efetivo

**França Araújo Amorim**  
Conselho Fiscal Efetivo

**Mario Nunes Tobias**  
Conselho Fiscal Efetivo

